



CAPÍTULO 2

EDUCAÇÃO E MARXISMO

A educação da perspectiva da classe trabalhadora

Paulo Sergio Tumolo

*“A sabedoria, como os beijos
ainda são transmitidos ‘boca a boca’”*

A discussão a respeito da educação dos trabalhadores ou, mais especificamente, da formação política não é nova na história do movimento operário em nível mundial. Pelo contrário, dada sua importância, essa temática foi e continua sendo alvo de intenso, acalorado e, por que não, polêmico debate. Não obstante, é possível afirmar, “grosso modo”, que todos os grandes pensadores-militantes do movimento da classe que se empenharam no debate de tal assunto o fizeram tendo como base de sustentação teórico-política a relação da formação dos trabalhadores com a estratégia política elaborada e desenvolvida pela classe ao longo de sua história. Mais que isso, entenderam que a estratégia política é determinante em relação à formação ou, em outras palavras, que o desenho e o papel da formação dependem da estratégia a ser implementada¹, o que desloca o eixo central da análise para esta última. Assim, não querendo fugir dessa

1. Tal relação de determinação aparece em praticamente todos os grandes pensadores-militantes do movimento operário, inclusive em Gramsci, que se tornou uma das principais referências teórico-políticas a respeito dessa temática. A esse respeito vide, entre outros, Tumolo (1997).

tradição, almejo oferecer uma pequena e introdutória contribuição para esse debate, balizada naquele mesmo pressuposto e buscando estabelecer a relação entre a formação político-sindical e a estratégia revolucionária, que tem como horizonte a ruptura e a superação da ordem capitalista.

Tarefa espinhosa e árdua, discutir o processo revolucionário e o papel que nele desempenha a educação dos trabalhadores demanda, necessariamente, um estudo da relação entre reforma e revolução e, além disso, o que me parece ser um desafio maior ainda, exige o estabelecimento de uma segunda relação, qual seja, entre esse tema e a construção da *consciência de classe*. Sem a pretensão de desenvolver uma análise aprofundada dessas intrincadas e polêmicas questões, o que seria impossível nos limites deste estudo, buscarei apresentar, de forma resumida, como alguns dos principais autores-militantes de linhagem marxista abordaram e vêm abordando tais temáticas, com o fito de extrair algumas conclusões e, com base nelas voltar a firmar a relação com a formação política.

O processo revolucionário

Sem dúvida, um dos primeiros a entrar na discussão foi o próprio Marx, justamente num momento – meados da década de 1960 – em que estava ocorrendo uma onda de greves na Europa. Instigado e irritado por um discurso feito pelo operário John Weston, membro do Conselho Central da Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT) – I Internacional –, segundo o qual a luta dos trabalhadores por aumentos salariais era inútil e a ação sindical ineficaz, Marx elabora um estudo com o escopo de demonstrar as falácias de tal proposição e apresenta-o em duas sessões do Conselho Central da AIT. Nesse texto – que foi publicado em português com o título *Salário, preço e lucro* (Marx, 1988) – Marx expõe, pela primeira vez, o resultado parcial de suas investigações, ou seja, suas principais teses acerca do salário, valor, mais-valia, lucro etc., categorias centrais de seu futuro *O Capital* – que nessa época já estava sendo esboçado – e, com esta base, defende a necessidade premente de os trabalhadores lutarem por aumentos salariais, pois, ao contrário do que

propugnava seu opositor, uma elevação geral do nível dos salários originaria uma queda geral da taxa dos lucros, mas não afetariam de um modo geral, os preços das mercadorias (p. 85). Como se pode observar, para o autor, a luta sindical por aumentos salariais deve ter como objetivo atingir a *espinha dorsal* da acumulação capitalista, qual seja, a taxa de lucro, e justamente por essa razão os capitalistas são impelidos a travar uma luta no sentido diametralmente inverso, ou seja, pela redução do salário. Aliás, no que se refere a tal questão, Marx não nutre nenhuma ilusão. No final de sua explanação, demonstra que

o próprio desenvolvimento da indústria moderna deve necessariamente fazer pender sempre a balança a favor do capitalista em prejuízo do operário e, por conseguinte, a tendência geral da produção capitalista não reside em elevar o nível médio dos salários, mas em baixá-lo, ou seja, impelir, mais ou menos o *valor do trabalho para o seu limite mínimo* (p. 84, grifado pelo autor).

Mas, pergunta o autor,

se a tendência das *coisas* dentro deste sistema é essa, significará que a classe operária deve renunciar a defender-se das usurpações do capital e abandonar os seus esforços para aproveitar todas as possibilidades que se lhe oferecem para melhorar a sua situação temporariamente? (p. 84).

O próprio autor responde afirmando que

se o fizesse, ver-se-ia degradada numa massa informe, esmagada, de seres famintos para os quais não haveria salvação.[...] Se a classe operária cedesse covardemente no seu conflito diário com o capital, privar-se-ia sem dúvida da possibilidade de empreender movimentos de maior envergadura (p. 84).

No entanto, enfatiza que os trabalhadores não podem esquecer que, ao lutarem por aumentos salariais, lutam contra os **efeitos** e não contra as **causas desses efeitos**, que o que fazem é refrear o movimento descendente, mas não alterar o seu rumo; que aplicam **paliativos** e não a **cura da doença** (p. 85, grifos nossos). Por isso,

os “sindicatos” atuam com utilidade como centros de resistência às usurpações do capital. Deixam, em parte, de atingir o seu objetivo quando utilizam a sua força de forma pouco inteligente. No entanto, deixam inteiramente de o atingir, quando se limitam a uma guerra de escaramuças, contra os efeitos do regime existente, em vez de trabalharem, ao mesmo tempo, para a sua transformação e servirem-se da sua força organizada como uma alavanca para a emancipação definitiva da classe trabalhadora. [...] *Em vez da palavra de ordem conservadora “um salário justo por um dia de trabalho justo”, devem inscrever na sua bandeira a palavra de ordem revolucionária: “abolição do salariado”* (p. 85-86, grifo nosso).

Como é possível perceber, Marx coloca como objetivo estratégico das organizações dos trabalhadores a construção da revolução. Para ele, mais que uma simples possibilidade, trata-se de uma *necessidade* histórica. A revolução é a expressão da ruptura, do salto de qualidade, sem a qual é impossível passar da velha para a nova forma histórico-social.

Não se pode, todavia, confundir revolução (tomada do poder) com uma simples ação militar de “assalto ao poder” (putsch), com um mero “golpe de Estado”, ou com o momento insurrecional. Como essa confusão foi utilizada como expediente tático pelos reformistas na época da II Internacional, Rosa Luxemburgo, que se encontrava no seio dessa discussão, busca esclarecer uma série de mal-entendidos quanto à natureza real e ao processo de desenvolvimento de uma revolução social:

Primeiro mal-entendido: a conquista do poder político pelo proletariado, quer dizer, a grande classe popular, não se faz artificialmente. Exceto em casos excepcionais – como a Comuna de Paris, onde o proletariado não obteve o poder no fim de uma luta consciente, mas onde o poder lhe coube como herança que ninguém queria – a conquista do poder político implica uma situação política e econômica que atingiu um determinado grau de maturidade. É esta a diferença básica entre os golpes de Estado, no estilo blanquista, levados a efeito por uma minoria atuante, desencadeados num momento qualquer e, de fato, sempre inoportunos, e a conquista do poder político pela grande

massa popular consciente; uma tal conquista só pode ser o produto da decomposição da sociedade burguesa, contém em si própria a justificação econômica e política da sua oportunidade (Luxemburgo, 1986, p. 107).

A revolução pressupõe necessariamente um processo, um conjunto de mediações, ou seja, uma relação com a luta pelas reformas. Referenciando os argumentos de Marx, Luxemburgo (1986) afirma que,

lutar dia a dia, no interior do próprio sistema existente, pelas reformas, pela melhoria da situação dos trabalhadores, pelas instituições democráticas, é o único processo de iniciar a *luta* da classe proletária e de se orientar para o seu objetivo final, quer dizer: trabalhar para conquistar o poder político e abolir o sistema salarial. Entre a reforma social e a revolução, a social-democracia² vê um elo indissolúvel: a *luta* pela reforma social é o *meio*, a revolução social o *fim* (p. 23, grifos nossos).

Com base na discussão feita por ambos, podemos extrair dois importantes elementos analíticos. Primeiro, que a revolução é uma necessidade e que, por pressupor um processo, guarda uma relação em que ela é o *objetivo estratégico* (fim) e a luta por reformas é o *meio*. Em segundo lugar, há que se destacar um detalhe aparentemente irrelevante: não é a realização mesma das reformas que constitui a tática, mas a *luta por elas*; mesmo porque, sua realização depende do contexto histórico, da correlação de forças e da flexibilidade tática das classes em luta. Por isso, não se pode pensar que a revolução seja o desdobramento de um processo de reformas. Se for verdade que existe uma relação intrínseca e necessária entre reforma e revolução, essa explicitação não é suficiente para se compreender a relação entre esses dois elementos. A revolução só é necessária exatamente porque o capitalismo não pode fazer reformas profundas, não pode eliminar suas contradições internas. A

2. É conveniente lembrar que, naquela época, final do século XIX e início do século XX, diferentemente do significado mais recente, *social-democracia* era a denominação dada às organizações partidárias de orientação marxista e, portanto, com uma perspectiva revolucionária, que pertenciam à II Internacional.

anarquia da produção, a concorrência entre os monopólios gigantes ou as megaempresas “globalizadas”, a concentração e centralização do capital, o incremento da composição orgânica do capital e a decorrente queda tendencial da taxa de lucro, as crises cíclicas de superprodução de capital e mercadorias, a exploração ascendente sobre o proletariado mundial, o arrocho salarial, o uso constante e crescente da violência (qualquer que seja sua forma), a miséria, a fome etc., tudo isso é condição necessária para o desenvolvimento capitalista. Se fosse possível que o capitalismo se “adaptasse” de tal modo a criar condições de produção e reprodução satisfatórias da vida humana, ou seja, que fosse se reformando, o que quer dizer, em última instância, que teria de eliminar suas próprias contradições internas, então a revolução seria desnecessária, porque o socialismo seria desnecessário.

Acreditar, portanto, que a revolução é o desdobramento de um processo de reformas do capitalismo é cair na ilusão da tese reformista, é transformar a revolução em conceito vazio. Se a revolução é o salto de qualidade que ocorre em razão de um acúmulo de quantidades, isso não significa que a revolução seja fruto de um acúmulo de *quantidades de reformas*, mas ao contrário, de um acúmulo de *quantidades de dificuldades e impossibilidades* de realizá-las, ou seja, acúmulo de *agudização de suas contradições internas*.

Essa afirmação não pode nos conduzir, entretanto, à conclusão de que o capitalismo não pode, em hipótese alguma, operar reformas no processo de seu desenvolvimento. Essa conclusão seria absurda, pois é possível constatar a “olho nu” sua incrível flexibilidade e capacidade de criar condições que lhe sejam favoráveis na tentativa de se perpetuar. Porém, é preciso enfatizar que as reformas acabam se restringindo à superficialidade do sistema, pois, como já vimos, se elas atingissem os elementos essenciais que o constituem, ou seja, as contradições que regem seu movimento, o capitalismo deixaria de ser capitalismo.

Por outro lado, é preciso considerar que, se a tática das reformas pode ser utilizada pelo proletariado na construção da revolução, pode também ser usada pela burguesia como tática antirrevolucionária, na medida em que a realização delas consiga cooptar o proletariado, ou parte dele, convencendo-o da desnecessidade de superação do capitalismo.

Mas se todos esses fatores são verdadeiros, ou seja, que o capitalismo não pode fazer reformas estruturais, mas somente superficiais; que o espaço dessas reformas tem sido tendencialmente menor no âmbito do novo padrão de acumulação de capital; e que a realização de algumas reformas superficiais pode se tornar uma tática da burguesia para cooptar parcelas do proletariado; caberia então perguntar como as reformas se articulam com o objetivo estratégico do proletariado, a revolução, de tal maneira que elas sejam meios de condução para esta última. É claro que não existe uma resposta única a essa questão, pois esta depende da análise da realidade na qual se desenrola a luta entre as classes. Todavia, sabemos que, qualquer que seja a discussão que se faça a respeito de tal questão, dois elementos são imprescindíveis: as condições objetivas (desenvolvimento das forças produtivas etc., que acarreta a agudização das contradições) e subjetivas (grau de consciência, organização e direção etc.), sem as quais se torna impossível para o proletariado alcançar seu intento, já que o processo revolucionário exige uma ação política deliberada, voluntária, consciente, da classe revolucionária.

Pois bem, se a revolução pressupõe um conjunto de mediações, estas últimas não podem ser aquilo que se queira, mas devem ser táticas que conduzam ao objetivo estratégico. A luta por reformas só pode adquirir um caráter de tática proletária quando seu objetivo é muito menos o de *conquistar posições* no capitalismo e muito mais o de *denunciar os limites da capacidade do capitalismo em se reformar*. É justamente na luta pelas reformas que a massa do proletariado pode ir percebendo os limites do capitalismo e, com essa base, começar a construir a consciência da necessidade de sua superação. A direção do proletariado tem de ter clareza da impossibilidade das reformas estruturais e, por isso mesmo, conduzir o conjunto da classe à luta pela exigência de reformas cada vez mais profundas. Caso a burguesia consiga, por qualquer que seja a razão, realizar alguma reforma, gera as condições para transformar a tática proletária em tática burguesa. Por isso, ao conquistar qualquer reforma, o proletariado tem de lutar por reformas ainda mais profundas, que não

possam de fato ser efetivadas³. Isso significa que não é a conquista mesma das reformas que se constitui como tática, pois poderia criar na massa do proletariado a ilusão de que o capitalismo vai se reformando (tese reformista), mas, sim, a **luta** por reformas profundas, estruturais – impossíveis de se realizar no capitalismo –, que possibilita a criação de condições para a elevação do nível de consciência das massas, ou seja, o ponto de partida da percepção da necessidade da revolução (elementos para a construção das condições subjetivas). Como a tática das reformas pode ser utilizada tanto pelo proletariado quanto pela burguesia, cabe à direção do proletariado tentar revertê-la a seu favor, o que pressupõe, nesse aspecto, uma clareza da impossibilidade de realização de reformas estruturais.

Educação dos trabalhadores, consciência de classe e revolução social

Até aqui, nossa análise conduziu-nos à seguinte compreensão: quanto mais o capitalismo se desenvolve, maior é o acirramento das contradições, mais reduzido se torna o espaço de reformas substantivas (aspectos de constituição das condições objetivas). Exatamente por isso, o proletariado não só não deve abandonar a luta por reformas cada vez mais profundas, como, ao contrário, deve intensificá-la, não com a ilusão de conquistar tais reformas, mas com o intuito de transformá-la numa tática indispensável que sirva como instrumento de criação e desenvolvimento da consciência e organização da classe (condições subjetivas) visando à

-
3. Estou me referindo aqui a reformas hipoteticamente capitalistas, mas que, por razões histórico-estruturais, nunca se realizaram efetivamente ou então, se foram implementadas, têm sido subtraídas nos períodos mais recentes. No caso do Brasil, ocorrem-me pelo menos, dois exemplos: a reforma agrária e o salário mínimo. A respeito deste último, e em conformidade com a regra básica primeira do mercado capitalista – troca de mercadorias pelo seu equivalente de valor –, seu preço, que deve corresponder ao valor da mercadoria força de trabalho, referendado e respaldado pela Constituição Federal, tem sido calculado pelo Dieese em torno de US\$ 500,00 a 700,00 (dependendo do câmbio) e, no entanto, o salário mínimo real tem girado em torno de US\$ 70,00 a 100,00.

transformação revolucionária do capitalismo. Dessa maneira, dependendo da forma pela qual é conduzida, tal luta pode adquirir um caráter *pedagógico*, quer dizer, os trabalhadores vão aprendendo e percebendo, na própria prática, os limites postos pela realidade e, portanto, a necessidade de se organizarem e qualificar sua luta.

Se é verdade que somente nesse sentido a prática se torna “educativa” da perspectiva dos interesses do proletariado e que, portanto, os trabalhadores vão se “educando” pela prática e nela, é mister reconhecer que a prática “educa” até um certo limite. A inserção dos trabalhadores na prática de luta geralmente possibilita que estes se defrontem com contradições postas pela realidade, propiciando o acesso a determinados conhecimentos e, dessa maneira, a superação das formas mais primitivas e rústicas do senso comum. Não obstante, a prática cotidiana e, em particular, a prática militante não oferecem, e não podem oferecer os ingredientes necessários para a superação de uma compreensão mais ou menos epidérmica da realidade, tendo em vista o altíssimo grau de complexidade desta, já que se constitui como *síntese de múltiplas contradições*, o que exige, para sua apreensão, a adoção de um método dialético e, portanto, um profundo e árduo exercício de abstração e de análise. Isso significa que o *potencial pedagógico* máximo da prática é a construção do que se pode chamar de *consciência sindical*, ou melhor, de *consciência reivindicativa*. É quando os trabalhadores conseguem se perceber não mais como indivíduos, mas como grupo, como categoria de trabalhadores e, mais que isso, como categoria injustiçada e oprimida que deve se organizar e juntar forças para reivindicar seus direitos perante as autoridades institucionais e o Estado, esperando ser atendida. No limite, deve lutar para substituir o(s) administrador(es) do Estado por quem se comprometa a viabilizar um projeto não só para os trabalhadores, mas de interesse comum do conjunto da sociedade.

A experiência de vida e a prática militante são, dessa forma, apenas o *ponto de partida*, o “primeiro patamar” no processo de construção da consciência de classe. Ao fazer uma incursão por alguns dos principais autores de tradição marxista que discutem tal questão e retomando as três categorias em que, tradicionalmente, o movimento operário “divide” a classe, quais sejam, “a *massa operária*, os *operários avançados* (ou os

‘setores avançados da massa’) e o *núcleo revolucionário* (a ‘vanguarda’), Frederico (1979) faz uma configuração dos três momentos distintos da consciência operária:

- a) A consciência da *massa operária* é uma consciência desarticulada que não consegue apreender o sentido do movimento da totalidade; ela apenas visualiza os aspectos isolados e externos dos fenômenos sem se aperceber das oposições e contradições que mantêm a realidade “unida”. O conhecimento que a incipiente prática da *massa operária* permite ter não vai além da “sensação” e da “impressão”.
- b) Num segundo momento, a continuação da prática social leva a um acúmulo de experiências que produz um salto na consciência dos setores do operariado que destas participaram. Isto é, ao se acumular quantitativamente, o conhecimento empírico se transforma qualitativamente: a consciência operária perde o seu caráter fragmentário e começa a perceber a relação entre os fenômenos; o conhecimento deixa de ser sensitivo e passa a ser racional. Diferencia-se, assim, dentro da *massa*, o grupo de *operários avançados*.
- c) Mas a consciência dos *operários avançados* é insuficiente para dar conta da totalidade social: para tanto, seria preciso ir além do conhecimento racional e pragmático produzido pela experiência e se chegar a um conhecimento teórico que apreenda as leis internas que regem o desenvolvimento da totalidade e das oposições e contradições que articulam a realidade social. Essa consciência teórica só poderá testar a validade de suas descobertas se reconciliando com a prática (p. 45).

Assim, a superação do “primeiro patamar” de consciência em direção à consciência de classe exige, indispensavelmente uma intervenção teórico-educativa. É aí que entra o papel da *formação dos trabalhadores*, cujo objetivo, em linhas gerais, deve ser o de buscar a superação do senso comum, qualificando o conhecimento adquirido na prática de militância, quer dizer, oferecendo os instrumentos teórico-metodológicos para que se possam compreender, na radicalidade necessária, não só as questões postas pela luta cotidiana, mas, sobretudo, o modo de produção capitalista, sua lógica, seu movimento contraditório,

ou melhor, apreender a totalidade social e as questões conjunturais e cotidianas no bojo dessa mesma totalidade. Isso ocorre porque a realização da revolução implica essencialmente a elaboração de um projeto, o que pressupõe um conhecimento profundo da realidade que se pretende transformar. Tal conhecimento da realidade, por sua vez, tem como pressuposto a apreensão do conhecimento já sistematizado e acumulado historicamente. Não foi por outra razão que Marx e Engels, bem como Lênin, Gramsci, Lukács e outros marxistas, sempre colocaram num lugar de destaque a necessidade de apreensão daquele conhecimento como arma imprescindível para o proletariado em sua luta emancipatória. Suas próprias vidas, sua produção teórica e os embates ferrenhos que travaram contra a ignorância e o espontaneísmo no interior do movimento operário são prova indiscutível disso.

Não obstante, é necessário ir além da constatação da necessidade da transmissão de um genérico e indefinido *conhecimento sistematizado*. É preciso saber exatamente que conteúdos são fundamentais, ou melhor, imprescindíveis como instrumento de luta do proletariado. Essa questão não é nova nem *tranquila*; ao contrário, é controversa e esteve presente no meio do movimento operário internacional, desde o século XIX até hoje. Lênin foi um dos que mais polemizou a respeito da questão. Contra algumas posições que começavam a germinar no interior da II Internacional, segundo as quais a revolução seria fruto do desenvolvimento natural das contradições da realidade objetiva (capitalista), anulando ou, pelo menos, minimizando o papel do elemento consciente e, portanto, da teoria, na tarefa revolucionária, Lênin (1982) levanta sua voz, especialmente no *Que fazer?* e defende, vigorosamente, que sem teoria revolucionária não pode haver também movimento revolucionário (p. 96-97). Mais que isso, Lênin argumenta, o que causou e tem causado até hoje enorme controvérsia é o fato de que essa teoria revolucionária não brota e não pode brotar da atividade espontânea das massas, mas é fruto de uma elaboração que supera o senso comum e a consciência imediata (sindicalista). Contudo, Lênin (1982) faz uma advertência e deixa claro que

isto não significa, naturalmente, que os operários não participem nessa elaboração. Mas não participam como operários, participam como teóricos do socialismo, como os Proudhon e

os Weitling; noutros termos, só participam no momento e na medida em que consigam dominar, em maior ou menor grau, a ciência da sua época e fazê-la progredir. E para que os operários o *consigam com maior freqüência* é preciso esforçar-se o mais possível por elevar o nível de consciência dos operários em geral; é preciso que os operários não se confinem ao quadro artificialmente restrito da “*literatura para operários*”, mas aprendam a assimilar cada vez mais a *literatura geral*. Seria mesmo mais justo dizer, em vez de “não se confinem”, “não sejam confinados”, porque os próprios operários lêem e querem ler tudo quanto se escreve também para os intelectuais, e só alguns (maus) intelectuais pensam que “para os operários” basta falar das condições nas fábricas e repisar aquilo que já sabem há muito tempo (p. 107).

Se o objetivo histórico do proletariado é a transformação revolucionária da sociedade burguesa, então o conhecimento é imprescindível, pois só se pode transformar aquilo que melhor e mais profundamente se conhece. Para transformar essa sociedade, o proletariado tem de conhecê-la cientificamente, isto é, conhecer suas partes ou elementos mais íntimos e suas conexões dentro do movimento histórico.

Tratando desse assunto, Netto (1998) ressalta a importância vital do saber teórico para o proletariado. Percebendo que a construção da perspectiva de classe do proletariado, que pode viabilizar a sua consciência *revolucionária*, deve estar balizada pela posição material-objetiva na qual se movimenta a classe e, ao mesmo tempo, supor as dimensões diretamente políticas, o autor assevera que é a elaboração teórica que a instaura. Por isso,

tanto a mobilização dos trabalhadores como a adesão às demandas e às aspirações da classe operária, a vinculação aos seus movimentos reivindicativos e contestadores, podem operar à base de inúmeras causalidades, motivações e intencionalidades, sem que impliquem, direta e imediatamente, a elaboração e a incorporação consciente da perspectiva de classe proletária. Esta elaboração resulta de um movimento essencialmente *teórico* (p. XLII).

Esse movimento supõe a análise histórico-social que tome a sociedade como totalidade concreta, o que significa, também e ao mesmo tempo, o conhecimento da própria classe, de tal forma que, conhecimento teórico e consciência de classe aparecem, numa unidade tensa, configurando as bases de uma **autoconsciência** em que se expressa e se condensa a perspectiva da classe (Netto, 1998, p. XLII). Enfatizando a relação entre o conhecimento teórico e a construção da revolução proletária, e tendo em vista que a elaboração da perspectiva de classe é o requisito para que o proletariado se posicione **conscientemente** como sujeito revolucionário (p. XLV), Netto afirma que a **peculiaridade** da perspectiva de classe proletária

consiste em que, para o seu caráter revolucionário, **o conhecimento teórico rigoroso constitui uma condição ineliminável**. No caso do proletariado, a perspectiva de classe só é revolucionária se se fundar numa correta compreensão da sociedade e de si mesmo; neste caso, a correção teórica é uma questão política de vida ou de morte para o protagonismo revolucionário do proletariado – e isto seja em razão das condições em que o proletariado conduz as suas lutas de classe, seja em razão dos seus objetivos emancipadores (p. XLIV).

Referendando a mesma posição, segundo a qual o conhecimento é condição *sine qua non* para o processo revolucionário, Löwy afirma que

o proletariado não pode tomar o poder, transformar a sociedade e construir o socialismo senão por uma série de ações deliberadas e conscientes. O conhecimento objetivo da realidade, da estrutura econômica e social, da relação de forças e da conjuntura política é, portanto, uma condição necessária de sua prática revolucionária; em outras palavras: a verdade é uma arma de seu combate, que corresponde a seu interesse de classe e sem a qual não pode prosseguir. Como escrevia Gramsci no lema de seu jornal *Ordine Nuovo*, “somente a verdade é revolucionária” (Löwy, 1987, p. 200).

Num trecho já consagrado, o próprio Gramsci argumenta que

a filosofia da praxis não busca manter os “simplórios” na sua filosofia primitiva do senso comum, mas busca, ao contrário,

conduzi-los a uma concepção de vida superior. Se ela afirma a exigência do contato entre os intelectuais e os simplórios não é para limitar a atividade científica e para manter uma unidade no nível inferior das massas, mas justamente para forjar um bloco intelectual-moral, que torne politicamente possível um progresso intelectual de massa e não apenas de pequenos grupos intelectuais (Gramsci, 1986, p. 20).

Uma discussão polêmica e inconclusa

Em se tratando de uma construção histórica, a consciência de classe é, ao mesmo tempo, resultado e premissa da luta revolucionária do proletariado. Resultado na medida em que, posto na materialidade objetiva, o proletariado desenvolve sua luta diuturna e cotidiana e, ao fazê-lo, depara-se com limites e conflitos postos pela realidade, situação que pode propiciar a sobrelevação dos aspectos mais rústicos e primitivos do senso comum e, por decorrência, o desenvolvimento de uma consciência de tipo reivindicativo-sindicalista, ou da percepção daquilo que se denomina “classe em si”. Calcado na percepção que emerge da contradição entre as lutas táticas por reformas mais profundas e a impossibilidade ou incapacidade cada vez maior de sua realização no âmbito do sistema capitalista, o trânsito desse patamar em direção à consciência de classe revolucionária⁴, característica marcante do que se chama de “classe para si”, exige uma intervenção teórica, que busque o conhecimento, simultaneamente, da sociedade tomada em sua totalidade

4. Creio que ainda seja necessário enfatizar que a transição da consciência reivindicativo-sindicalista para a consciência de classe só pode se operar na condição de que a luta tática por reformas no interior do capitalismo desenvolvidas pela classe, inclusive a luta sindical, tenha como objetivo muito menos sua conquista efetiva e muito mais a denúncia dos limites da capacidade de o capitalismo se reformar, tendo em vista que, se se acredita que tal modo de produção pode de fato se reformar e oferecer condições de vida dignas para os trabalhadores e para o conjunto da sociedade e, a partir daí, se desenvolve uma ação sindical balizada em tal crença, então não existe necessidade de construção da consciência de classe revolucionária, porque não existe necessidade da revolução.

histórico-concreta e da própria classe. Tanto a estratégia revolucionária e, por desdobramento, o conjunto das ações políticas táticas – incluídas aqui as lutas sindicais –, como a produção teórica da perspectiva de classe do proletariado e a consequente transmissão do conhecimento, condições propiciadoras da construção da consciência de classe, só podem se desenvolver de forma umbelicalmente articulada no bojo da luta de classes, objetivando a emancipação da classe revolucionária. Desse modo, a consciência de classe é fruto da própria luta revolucionária do proletariado.

Por outro lado, embora seja condição insuficiente, a consciência de classe é condição necessária, ou se se quiser, premissa para a elaboração e implementação da estratégia revolucionária. Parafraçando Lênin, não pode haver revolução sem classe revolucionária e não pode haver classe revolucionária sem consciência de classe revolucionária. Como a construção da consciência de classe exige a intervenção teórica, conclui-se que não pode haver revolução sem teoria revolucionária. Esta é que possibilita, ao mesmo tempo, o conhecimento da classe (consciência de classe) e o conhecimento da realidade em sua totalidade social, pressuposto fundamental para elaboração da estratégia revolucionária. Mas o conhecimento teórico, tomado nessa acepção, deve ser produzido e, uma vez sistematizado, precisa ser transmitido para que possa ser apreendido, pelo menos, por alguns segmentos da classe, num processo simultâneo e “helicoidal” de alimentação, ou seja, num processo ascensional em que a produção e sistematização do conhecimento sejam a base para sua posterior apropriação pelas novas gerações e esta, por sua vez, é a condição de continuidade da produção do conhecimento num patamar superior e assim sucessivamente. Embora estabeleçam uma relação indissociável e de mútua interdependência, trata-se de duas tarefas distintas que guardam suas respectivas especificidades. Tendo como pressuposto a apreensão do conhecimento elaborado, sistematizado e acumulado até então, a produção do novo conhecimento – tomado socialmente – da perspectiva de classe do proletariado vale-se de um determinado método, no caso, o materialista dialético. Por sua vez, o processo de transmissão desse conhecimento já sistematizado, obedece uma outra dinâmica e desenvolve-se por intermédio de um

outro caminho. Aqui reside a tarefa da educação ou formação, que tem, portanto, uma clara especificidade. Por conseguinte, quando afirmo que a construção da consciência de classe exige uma intervenção teórica, estou entendendo tal intervenção nessa dupla e indissociável função, qual seja, a produção e a transmissão do conhecimento da perspectiva de classe do proletariado. Contudo, em se tratando de tarefas com características diferenciadoras, a formação tem como especificidade não a produção, mas, sim, a transmissão de tal conhecimento.

Isso posto, é preciso fazer duas observações. Primeiramente, faz-se mister reconhecer que, historicamente, somente uma parcela da classe tem tido acesso à teoria revolucionária, teoria esta que possibilita a constituição da consciência de classe, forjando, assim, aquilo que convencionalmente se chama de vanguarda do movimento da classe. Penso que se trata muito menos de opção ou de vontade e muito mais de condições e determinações históricas. É claro que deve haver um empenho para que tais limites sejam superados a fim de que o maior leque possível possa ter acesso a tal teoria. Por outro lado, também é preciso admitir que o processo de construção da consciência de classe, sendo uma elaboração histórica, é evado de contradições, de fluxos e refluxos, e, por isso, apesar de a apropriação do conhecimento teórico ser condição necessária, não pode ser considerada como garantia de sua consolidação. Em segundo lugar, embora reafirme a posição segundo a qual a teoria revolucionária – na sua dupla função de produção e transmissão do conhecimento teórico – seja condição “*sine qua non*” para o processo de construção da revolução, isso não assegura a implementação e muito menos o êxito da estratégia revolucionária, tendo em vista que estes estão determinados pelas condições históricas nas quais se dá a luta de classes. Todavia, mais uma vez é necessário ressaltar que, apesar da veracidade dessa assertiva, não há revolução sem teoria revolucionária.

Conquanto se deva reconhecer que uma grande parcela dos movimentos e organizações da classe trabalhadora, em escala mundial, vem abandonando e até rejeitando a ideia e a prática da construção da revolução, sua necessidade impõe-se pela própria realidade. Considerando que o desenvolvimento do capitalismo, pelas suas contradições inerentes, caminha no sentido de cada vez mais obstaculizar a

satisfação das necessidades humanas da maioria da população global, a construção da ruptura revolucionária impõe-se na mesma medida. Dessa forma, navegando contra todos os ventos e modismos, a elaboração e implementação de uma estratégia revolucionária, que pressupõe o desenvolvimento da teoria revolucionária e, dentro dela, o papel decisivo que cabe à formação dos trabalhadores, nunca foram tão atuais como no capitalismo contemporâneo. Não obstante, tal é o grau de complexidade da discussão acerca desse intrincado e polêmico tema, que sua análise não se encerra neste texto, tendo em vista que se trata apenas de uma pequena contribuição. Ela merece e exige continuidade.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, R. Notas sobre a consciência de classe. In.: ANTUNES, R.; RÊGO, W. L. (Orgs.). *Lukács. Um galileu no século XX*. São Paulo: Boitempo, 1996.
- FREDERICO, C. *Consciência operária no Brasil*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1979.
- GRAMSCI, A. *Os intelectuais e a organização da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1985.
- _____. *Concepção dialética da história*. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986.
- IASI, M. L. *O Dilema de Hamlet. O ser e o não ser da consciência*. São Paulo: Viramundo, 2002.
- _____. *A mediação particular e genérica da consciência de classe*. Tese (Doutorado). São Paulo: USP, 2004.
- LÊNIN, V. I. Que fazer? In: LÊNIN, V. I. *Obras escolhidas*. Vol. 1. São Paulo: Alfa-Omega, 1982.
- LÖWY, M. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- LUXEMBURGO, R. *Reforma social ou revolução?* São Paulo: Global, 1986.
- MACHADO, L. R. de S. *Politecnia, escola unitária e trabalho*. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1989.
- MARX, K. *O Capital*. Vol. I. São Paulo: Abril Cultural, 1983.
- _____. *Salário, preço e lucro*. 6. ed. São Paulo: Global, 1988.
- _____.; ENGELS, F. Crítica ao programa de Gotha. In: MARX, K; ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo: Alfa-Omega, s/d.

NETTO, J. P. Prólogo. Elementos para uma leitura crítica do Manifesto Comunista. In: MARX, K.; ENGELS, F. *Manifesto do partido comunista*. São Paulo: Cortez, 1998.

SAVIANI, D. *Educação: do senso comum à consciência filosófica*. 4. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1984.

_____. *Escola e democracia*. 12. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1986.

_____. *Pedagogia histórico-crítica*. Primeiras aproximações. 2. ed. São Paulo: Cortez/Autores Associados, 1991.

TOLEDO, C. N. de. A Modernidade democrática da esquerda: adeus à revolução? *Crítica Marxista*, São Paulo, Brasiliense, v. 1, n. 1/27-38, 1994.

TUMOLO, P. S. Trabalho: categoria sociológica chave e/ou princípio educativo? O trabalho como princípio educativo diante da crise da sociedade do trabalho. *Perspectiva*, Ano 14, n. 26 (39-70) jul/dez. Florianópolis: NUP/CED/UFSC, 1996.

_____. Gramsci, a educação e o Brasil. Notas para uma reflexão crítica. *Universidade e Sociedade*, Brasília, ANDES, Ano VII, n. 12 (91-98), 1997.

_____. O novo padrão de acumulação de capital e a formação sindical da Central Única dos Trabalhadores. *REDES*, Santa Cruz do Sul, UNISC, v. 3, n. 1/65-84, 1998.

_____. A CUT e a formação profissional: esboço de análise crítica. *Trabalho & Crítica* (Anuário do GT Trabalho e Educação da ANPEd), n. 1/98-112. Niterói/Belo Horizonte: EdUFF/NEDDATE-UFF/NETE-UFGM, 1999.

_____. *Da contestação à conformação*. A formação sindical da CUT e a reestruturação capitalista. Campinas: Unicamp, 2002.

_____. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 24, n. 82, p. 159-178, 2003.

_____. O trabalho na forma social do capital e o trabalho como princípio educativo: uma articulação possível? *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 26, n. 90, p. 239-265, 2005.